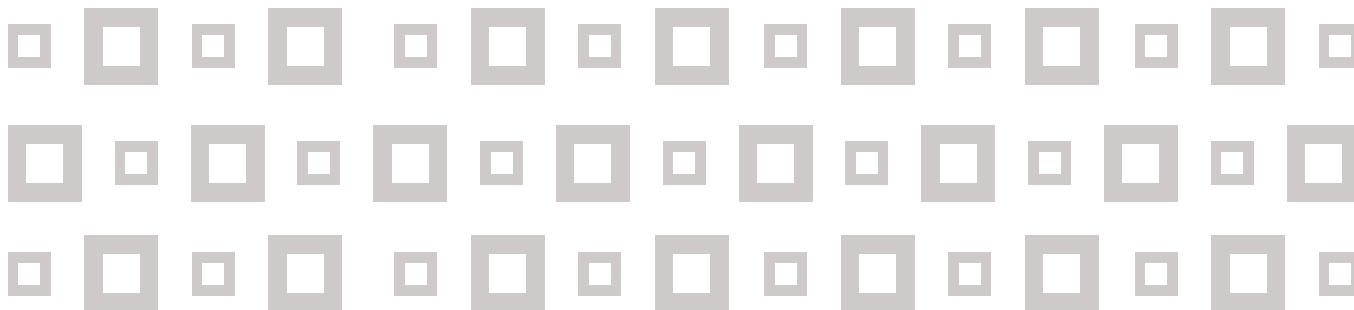


dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). No Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), médicos peritos terceirizados estão sendo substituídos gradativamente por pessoas que se submeteram a concursos. O Ministério Público do Trabalho (MPT) deverá participar das negociações com o governo e o Tribunal de Contas. Os procuradores do MPT têm conseguido firmar acordos com órgãos públicos que mantêm em seus quadros trabalhadores não-concursados em áreas estratégicas e em excesso. Na Caixa Econômica Federal, num exemplo bem-sucedido entre os acordos já firmados entre empresas oficiais e o MPT, parte dos 25 mil funcionários terceirizados será substituída por servidores. A operação de troca é gradual e deverá ser concluída somente em 2007.

(Correio Braziliense - DF - 3/7)



## TCU suspende licitação de rodovias federais

O Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu ontem o processo de licitação de oito trechos de rodovias federais, que o governo pretendia entregar para exploração pelo setor privado em outubro. Entre elas, estão o trecho da Fernão Dias entre São Paulo e Belo Horizonte e da Régis Bittencourt entre São Paulo e Curitiba, além de vários trechos da BR-101. O Ministério dos Transportes aguardava apenas que o TCU aprovasse o modelo de licitação para lançar o edital.

Mas o tribunal quer mais explicações do ministério e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobre os valores estimados para o pedágio que será cobrado nesses trechos. Segundo nota publicada, as análises preliminares do estudo de viabilidade feitas pelo TCU revelam indícios de falhas e irregularidades que acrescem diretamente os valores a serem estabelecidos como teto para os pedágios.

Em decisão unânime, o tribunal determinou medida preventiva para suspender o prosseguimento da licitação. Os oito trechos totalizam cerca de 3 mil quilômetros de rodovias. O Ministério dos Transportes informou que a decisão não compromete o programa de concessões e que considera natural o tribunal precisar de mais tempo para analisar o processo, pelo fato de o modelo proposto para a licitação ser bastante detalhado e ter impacto na vida da população. O prazo inicial do TCU era de 45 dias e vencia sexta-feira. O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, orientou sua equipe a somente lançar os editais quando não restar nenhuma dúvida do TCU e se comprometeu a fazer todos os ajustes necessários.

(Correio Braziliense - DF - 14/7)